



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE - Maria Helena Baião (em substituição de Carlos José da Silva Martins);-----

Estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara Municipal Vitor Aleixo e os Srs.Vereadores com pelouro Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Carlos Carmo e Marilyn Zacarias, e os Srs.Vereadores sem pelouro José Graça e Horácio Piedade.-----

A senhora Vereadora Ana Isabel Machado não esteve presente, tendo justificado.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, João Luis Calçada Correia, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por José João Magalhães David.-----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Mário Baião Botelho da Silva, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa, Bruno Miguel Martins Inácio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Duarte José de Sousa Duarte.-----

A Deputada Municipal Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Manuel Fernandes Gaspar.-----

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Maria Helena Baião.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Extraordinária da Assembleia Municipal.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1-Introdução do Tema pelo Presidente da Assembleia Municipal;-----
- 2-Apresentação dos Planos pela Câmara Municipal;-----
- 3-Intervenção do Grupo de Trabalho (das Bancadas Municipais) sobre o Tema;-----
- 4-Intervenção dos Deputados Municipais;-----
- 5-Intervenção do Público;-----
- 6-Intervenção da Câmara Municipal;-----
- 7-Síntese Final pelo Presidente da Assembleia Municipal;-----

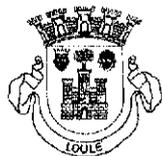
O senhor Presidente da Assembleia, começou por cumprimentar os presentes, bem como um cumprimento especial aos convidados, o Senhor Comandante do Comando Distrital das Operações de Socorro, Comandante Vaz Pinto, o Senhor Comandante do Destacamento Territorial de Loulé da GNR, Major Paulo Santos, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve (ICNF), Engº António Miranda, da Divisão de Gestão Operacional e Fiscalização do Departamento, a Associação Almargem representada pelo senhor Edgar Figueiredo, e a Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão.

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da não participação do senhor Presidente da Câmara Municipal nesta reunião, por se encontrar na região norte do País, mais concretamente no Porto, numa reunião da ANMP e fazendo-se representar pelo senhor Vice-Presidente. A Senhora Vereadora Ana Machado, também não pode estar presente neste reunião por questões de saúde.-----

Referiu que os efeitos dos problemas inerentes às catástrofes, são normalmente muito negativos para a vida comunitária, com consequências graves, nomeadamente para as pessoas, porque se caracterizam por perdas de vidas, e as mortes são irreversíveis. Muitas das consequências das catástrofes podem-se reconstruir, mas quando alguém morre não é possível voltarmos a dar vida a essas pessoas, por isso é que esta matéria tem esta importância.-----

A atual decisão sobre a limpeza dos terrenos, é prova da importância da prevenção, mas de facto está-se a dizer às pessoas que é preciso cumprir uma Lei que já data de 2006.-----

Em seguida foi cedida a palavra ao senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, que disse passar a palavra ao senhor Vereador Carlos Carmo, para fazer o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

enquadramento da sessão.-----

Usou da palavra o **Senhor Vereador Carlos Carmo**, referindo que ninguém melhor do que os técnicos para contextualizar os documentos para fazerem a apresentação formal destes 2 Planos. Foi entendimento do Executivo que os Técnicos responsáveis pelos mesmos, uma vez que têm a responsabilidade de efetuar os documentos de planeamento, de preparação a quem tem a responsabilidade da resposta, para a apresentação formal do Plano Municipal de Emergência e o do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Numa primeira fase será feita a apresentação destes Planos, pelos responsáveis técnicos.-----

Para fazer a apresentação do Plano, foi cedida a palavra ao Técnico **João Matos Lima**, (Diretor do Serviço Municipal de Proteção Civil, Segurança e Florestas). O sumário da apresentação feita foi o enquadramento e organização do Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas, os organismos municipais de Proteção Civil, as competências do Serviço de Proteção Civil a nível do planeamento e operações, prevenção e segurança, sensibilização, informação pública, propostas e projetos futuros.-----

Em cada município é obrigatório que exista uma Comissão Municipal de Proteção Civil, que assegura que todas as entidades, instituições de âmbito municipal, imprescindíveis às operações e proteções de socorro, emergência e assistência, se articulam entre si em caso de acidente grave ou catástrofe, o ponto de encontro será no Salão Nobre da Câmara Municipal de Loulé e se não houver eletricidade será no Corpo de Bombeiros Municipais.-----

Foi feita uma explanação pormenorizada da atuação destes planos junto das áreas de intervenção junto das populações.-----

Em 2016 foram feitos os trabalhos e enviados para consideração e análise do Comando Distrital de Operações de Socorro e em 2017, foram criados modelos de uniformização das áreas de intervenção dos Planos Municipais de Emergência e atualmente o Plano está a aguardar com a legislação toda atualizada.-----

No âmbito da Prevenção e Segurança, foi elaborado pelo município um programa de apoio financeiro entre os caçadores e clubes de caça do concelho para beneficiação de rede viária florestal, para que se possa colocar os itinerários da vigilância e até para o próprio combate, onde primeiro é feita uma visita conjunta ao terreno com as várias entidades, perceber se os caminhos têm saída e se fazem sentido intervencionar ou não.-----

No âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios, foi constituído um grupo de trabalho, com os Presidentes de Junta de Freguesia, Executivo Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Diretores Municipais, Bombeiros, GNR, Divisão de Fiscalização, Divisão Jurídica, ICNF, Associação de Produtores da Serra do Caldeirão, de forma a que todos criassem uma estratégia municipal no âmbito da legislação, fiscalização e sensibilização.-----

Em relação a propostas e projetos futuros, encontra-se a decorrer atualmente uma equipa Municipal Operacional de Proteção Civil, que fará prevenção, irá fazer vigilância, mas também em situações meteorológicas adversas, ventos fortes, chuvas, irá colaborar para que se possa responder de forma mais eficiente às necessidades da população.-----

É intenção também do serviço e da autarquia, criar uma bolsa de colaboradores da autarquia, para que em caso de necessidade, as pessoas possam ter uma formação e que, de acordo com as suas disponibilidades, possam colaborar no apoio logístico, alguma situação que ocorra em caso de acidente grave ou catástrofe no município. Também criar em colaboração com as Juntas de Freguesia, as Unidades Locais de Proteção Civil, referida na atual legislação.-----

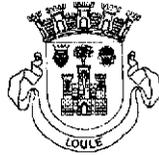
Existe ainda uma Candidatura ao PDR 20-20 para a faixa de execução de rede primária, bem como outra a que se candidataram.-----

A Proteção Civil tem de ser entendida como uma atividade de partilha de recursos, de responsabilidades e de saberes.-----

Em seguida foi projetado um vídeo contendo algumas atividades no âmbito da Proteção Civil Municipal, que foram retratadas nesta exposição e desenvolvidas ao longo dos anos.-----

Posteriormente foi cedida a palavra ao **Comandante Irlandino Santos, (Gabinete de Bombeiros Municipais e Heliporto)**, que começou por fazer uma breve introdução aos incêndios florestais de 2017, fazendo uma breve contextualização daquilo que considera ser elementos fulcrais, essenciais e que contribuiram para o sucesso da missão dos Bombeiros.-----

Começou por apresentar um modelo organizativo atual, da estrutura organizacional dos diversos patamares de resposta, aquando de qualquer operação de proteção e socorro. Este modelo está assente principalmente no Corpo de Bombeiros, representando o principal agente de Proteção Civil, sendo de referir que a Defesa da Floresta Contra Incêndios, no patamar nacional, assenta em 3 grandes pilares, sendo o 1º pilar, que trata da prevenção estrutural a cargo do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), o 2º pilar, que tem como responsabilidade da Vigilância, a cargo da Guarda Nacional Republicana (GNR), e o 3º pilar, da responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil, o Combate, os Bombeiros, a ultima força interveniente. Referiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

ainda que no âmbito dos incêndios florestais, o ano de 2017, infelizmente pelos piores motivos marcou definitivamente todo o panorama dos incêndios, existindo atualmente 2 paradigmas, o antes de Pedrógão e o pós Pedrógão, obrigando o pós Pedrógão, uma nova reflexão, uma análise mais detalhada, uma consequente maior participação, atenção e consciencialização de toda a sociedade civil.-----

Não há táticas infalíveis nem fórmulas matemáticas, cada incêndio é um incêndio, cada um é diferente, quer pela sua localização, tipo de terreno, tipo de vegetação, exposição solar dos combustíveis, alterações climáticas, disponibilidade de água para combate, disponibilidade de quantidades de combustível, a demora ao dar o alerta, a simultaneidade de ocorrências, etc. 75% do sucesso das operações de socorro, depende de medidas preventivas que têm que ser tomadas, de planeamento e antecipação que tem de ser desenvolvida e só assim se podem desenvolver treinos, simulacros, de forma a que nos permitam, reforçar toda a capacidade de intervenção. A chave do sucesso é o reforço da capacidade de intervenção aquando da transição do "ataque inicial" para o "ataque planeado". Os municípios são o nível base do planeamento, sendo o dinheiro investido na prevenção é dinheiro poupado no combate.-----

Após a apresentação do modelo organizativo, foi apresentado o Balanço da Atividade dos Bombeiros de Loulé nomeadamente aos incêndios florestais no ano 2017. Ao nível do combate foram abordadas várias temáticas, tais como o que foi planeado, o que enfrentamos, como respondemos, o que aconteceu, algumas dúvidas terão sempre que ser colocadas, como funcionou. O Planeamento é fundamental para o sucesso, toda a planificação, desde a formação, o treino, é aquilo que nos garante a maior eficiência e eficácia na ação, na resposta e onde por fim os municípios são o teatro de operações. A formação é essencial para o desempenho da missão.-----

O Corpo de Bombeiros de Loulé, é composto por 53 elementos em regime profissional e 24 elementos em regime de voluntariado. Além disso estão neste momento a decorrer 2 recrutas, 8 elementos de Bombeiros Profissionais, que estão a terminar brevemente a sua recruta e 21 elementos de Bombeiros Voluntários, sendo que após de passarem a aptos, ficarão totalmente preparados para enfrentar, qualquer operação de Proteção e Socorro. Está previsto ainda para o ano de 2018, a abertura de cerca de 20 vagas no Mapa de Pessoal, para elementos em regime profissional. O Corpo de Bombeiros de Loulé não se cinge apenas aos elementos que estão dentro do Quartel de Loulé, e o efetivo dentro do Quartel, existe igualmente em situações de alerta amarelo, uma Brigada de Combate a Incêndios, que é pré-posicionada em Loulé, denominada Sotavento, mais concretamente no Centro Comunitário do Barranco do Velho, constituída por 13 elementos, e 4 veículos, 2 viaturas de combate, 1 viatura tanque e 1 viatura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

com comando próprio. Além disso sempre que o risco o justifique, ou por determinação da Autoridade Nacional, é colocada em vigilância e patrulhamento uma equipa de combate a incêndios, nas freguesias mais a noroeste. Tudo isto só é possível com o aumento dos elementos do piquete, o aumento do grau de prontidão de todos os operacionais. Sempre que o justifique existirá também o pré-posicionamento de máquinas de arrasto na freguesia de Salir, por forma a poderem ser balanceadas para o local do incêndio. Salir foi escolhido por ser um ponto estratégico, ficando equidistante, quer a nível de tempo, quer a nível de distância, tanto dá para balancear para este, oeste, norte e sul. Tudo isto é complementado por 4 helicópteros, um dos quais estacionado em Loulé.-----

Perante um alerta de incêndio, funciona a triangulação, que consiste, em assim que é acionado um alerta, assim que há um telefonema é automaticamente despachado pelo CDOS de Faro- Autoridade Nacional de Proteção Civil, um veículo de combate e um veículo tanque do corpo de bombeiros, da área de atuação própria, dois veículos de combate do Corpo de Bombeiros mais próximo da ocorrência, atendendo aos fatores tempo e distância e também a simultaneidade de ocorrências, tudo isto apoiado por um helicóptero, com um total nesta situação de alerta, um total de 22 elementos. Além disto, há ainda a notificação imediata da equipa municipal de intervenção florestal, mais próxima composta por 4 elementos, mais o veículo GIPS da GNR, que se encontra sempre na zona norte, em operações de vigilância, patrulhamento e capacidade de intervenção, ampliando assim o efetivo nesta fase para 30 elementos. No caso da ocorrência estar inserida num local de risco, é ainda acionado um segundo helicóptero e mais a referida brigada de combate a incêndios, ampliando assim o efetivo para o expoente máximo de 48 elementos, para fazer face a uma primeira ocorrência e aí todos os meios necessários irão para a ocorrência, por forma a que se consiga combater e extinguir a ocorrência o mais rápido possível.

Para além do aqui mencionado e referido anteriormente pelo Técnico João Matos Lima, ainda existem as Patrulhas de Vigilância Militar, a Vigilância Florestal Jovem, o trabalho com as máquinas de rasto pela engenharia do Exército, as Juntas de Freguesia, as Associações de Caçadores, conseguindo aumentar assim Fortemente a intensidade de meios disponíveis em ações de vigilância e patrulhamento e desta forma conseguir ter o município com uma malha muito densa.-----

Responder com sensibilização e a par da GNR e da Proteção Civil, Ações de Sensibilização com visitas de porta a porta, incluídas nas nossas missões, conversar com as populações, verificar movimentos suspeitos, aconselhar sobre a temática dos incêndios e distribuir as publicações, Guia Pessoal de como Agir perante um incêndio florestal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

O Corpo de Bombeiros Municipais de Loulé entrevistou em 2017, num total de 194 ocorrências, quer dentro e fora do seu município.-----

Referiu ainda a área ardida no concelho de Loulé, freguesia a freguesia, assim como todos os incêndios ocorridos.-----

O lema é sempre "chegar rápido para resolver cedo", existem medidas standard que estão definidas, tal como o tempo médio de saída da primeira viatura, o tempo médio de chegada ao teatro de operações e o tempo médio de resolução, tudo isto são estatísticas.-----

É fundamental aprender com os erros, onde todos os intervenientes têm de se juntar a uma mesa, conversar sobre a ocorrência e falar, mantendo um espírito de aprendizagem, abertura suficiente para reconhecer situações passíveis de serem melhoradas em prol das populações que é a defesa da floresta contra incêndios, para um concelho mais seguro.-----

Em seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que saudou esta iniciativa, que visa um efeito pedagógico, um efeito esclarecedor das questões no sentido de se resolverem os problemas.-----

Uma das questões levantadas pelo PS nas sessões da Comissão Permanente, foi a da informação dispersa que existe nesta matéria.-----

Outra questão levantada, prende-se com a questão do Cadastro Municipal, que identifica os proprietários, sendo importante que seja revisto, porque do ponto de vista da legislação, a Lei n.º124/2006 que foi alterada pela 16/2017, do ponto de vista do sistema nacional, que criou o sistema Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios e reportou-se ao despacho de 1913/2018, em que cria as áreas prioritárias de gestão de combustível, nomeadamente as freguesias a norte, nomeadamente a Alte, Benafim, Ameixial, Salir e à União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim.-----

Houve falhas, há que emendá-las, porque o ano de 2017, foi uma calamidade!-----

Interveio o senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que disse que o PSD se congratula com as diversas entidades e autoridades aqui representadas e a Câmara Municipal pela elaboração dos Planos disponibilizados para a melhor colaboração no sentido da sua implementação ao serviço das populações.-----

A Proteção Civil deve ter como principal objetivo a defesa da vida humana e exorta as diversas autoridades envolvidas para a complexidade destas tarefas, em especial com as pessoas com mobilidade diminuída.-----

É fundamental planear e colocar os mais competentes nas funções necessárias. É dever do Estado em geral e da autarquia, promover as condições adequadas, para que os privados cuidem das florestas, que não hajam impedimentos ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

barreiras às iniciativas privadas. O Estado não se deve substituir às populações e às empresas, são os privados ou iniciativas empresariais que criam emprego sustentável e que criam receita para que o Estado cuide dos mais desfavorecidos. É fundamental que não se responsabilizem os governantes, destas novas obrigações, de impor limpezas de florestas. Não se mudará o mundo florestal de um momento para o outro, não se poderá desapropriar os terrenos. Não será possível erradicar os incêndios, mas deve ser possível diminuir drasticamente a tendência para que não morram as pessoas por ação dos incêndios. Muitos proprietários não têm condições para limpar os matos, as suas terras e a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e organizações de cidadãos, com tempo devem ajudar os proprietários a evitar os incêndios.-----

Em seguida a senhora **Deputada Helena Baião (BE)**, saudou as apresentações efetuadas, saudando os intervenientes, particularmente do Comandante Irlandino Gomes, porque a primeira apresentação, poderia ter sido evitada uma primeira parte, demasiado extensa, em termos de legislação e de texto.-----

Relativamente ao Plano Municipal de Emergência, da Proteção Civil, este Plano é baseado numa cartografia validada em 2009, já neste momento com 10 anos, e é um grande erro não possuímos um cadastro no concelho de Loulé, a situação é controlada por cartas militares?-----

Neste Plano existem diversas ambiguidades, e que já não corresponde à realidade, já não está adaptado.-----

O documento é extremamente extenso, o que na opinião do BE, devia ser separada a parte da sua teoria, da parte da sua operacionalidade.-----

Relativamente ao Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios, estava desatualizado em termos de legislação, nomeadamente no que concerne ao enquadramento da Lei n.º76/2017 e ainda a republicação da mesma e o despacho 443-A de 2018.-----

Foi cedida a palavra ao senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que referiu que pela exposição aqui feita, o concelho está munido de equipamento suficiente para enfrentar qualquer adversidade que advenha. Disse ainda que o CDS identifica-se com a exposição feita pelo BE.-----

Interviu o senhor **Deputado Joaquim Varinhos (PS)**, felicitando a iniciativa e sugerindo que sejam realizadas sessões temáticas deste género noutras freguesias do concelho. Louvou toda a estrutura da Proteção Civil e dos Bombeiros Municipais de Loulé, pela apresentação feita denotando que estão a funcionar a sério no concelho de Loulé, nesta área. Existem as infraestruturas, o

B

A

9
H



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

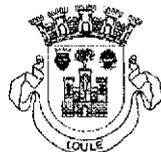
planeamento, as várias entidades envolvidas neste tema, de substancial importância para as pessoas.-----

A Proteção Civil começa em cada um de nós, sendo a questão base de toda a problemática que tem a ver com a cultura do risco, com as escolas, com as populações, em todas as áreas.-----

Usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que se congratulou com o facto do senhor Presidente da Assembleia, à semelhança do mandato anterior com o assunto do Aterro Sanitário - Algar, ter tomado agora a iniciativa de ter realizado esta sessão temática.-----

Analisado o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, verificou que no Mapa 7, existe a indicação de construção de 2 pontos de água no concelho, um em 2019 pela CML (Câmara Municipal de Loulé) e outro em 2020 pela APFSC (Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão) e questionou se a construção destes 2 pontos de água não podiam ser antecipados, uma vez que a sua construção não é assim tanto dinheiro.-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que não queria perder a oportunidade, uma vez que estão presentes nesta Sessão, Instituições e Entidades que colaboraram consigo durante quase 12 anos, de lhes deixar o seu agradecimento e ao mesmo tempo testemunho, porque infelizmente durante esse período o Concelho de Loulé também foi assolado por fogos de dimensões bastante grandes, e que felizmente a nível de vidas humanas, não houve perdas, houve danos materiais, a Câmara Municipal de Loulé na altura, teve uma reação imediata, na ajuda, na recuperação das casas e dos bens, foi uma ação extremamente elogiada a nível nacional, mas isso deveu-se fundamentalmente à articulação entre as Entidades que estiveram no terreno, nomeadamente à Proteção Civil, aos Bombeiros Municipais, à GNR, ao Comando Distrital, às Associações de Produtores, etc., e isto para dizer que temos no nosso Concelho uma rede e uma sensibilidade de pessoas e organismos, que quando são solicitados, estão presentes, e naquela altura se não fossem também as Juntas de Freguesia, muitos voluntários da população, as pessoas que faziam parte destas Entidades, a trabalharem de dia e de noite, teria sido provavelmente também uma tragédia, isto querendo dizer que, por melhor que sejam os Planos, e estes devem ser feitos, deixando uma palavra de agradecimento ao trabalho que fizeram neste sentido, que lhes dedicou muito tempo, e que obrigou a um estudo muito grande. Apesar destes Planos e das caracterizações que foram feitas, o mais importante, é a rede que está montada no terreno, é a motivação das pessoas que fazem parte destas equipas, é o

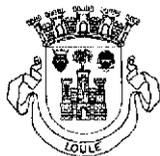


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

reconhecimento público das pessoas que fazem parte destas equipas, porque sem este tipo de avaliação por parte dos responsáveis políticos locais, certamente não será possível, quando surgir um problema, obter bons resultados. E quanto à questão do cadastro, disse que é de uma importância fulcral, ainda por cima, num Concelho que tem milhares de casas que não estão referenciadas, há muitas habitações por estas serras do nosso Concelho, e no litoral também, que não estão referenciadas, não estão licenciadas, pelo que é fundamental, que o cadastro seja feito, e quando há cerca de 5 anos deixou a Presidência da CML, havia equipas a fazer o cadastro do Concelho de Loulé, que praticamente estava concluído, ou perto disso, e que foi até com fundos comunitários e decidido fazer numa malha muito maior, para permitir que fosse feito todo o Concelho, e ficou a saber nesta Sessão que o Concelho não tem cadastro, dos poucos do País que não tem cadastro, solicitando ao Executivo, uma explicação para o Concelho não ter neste momento cadastro, porque como já referiu, e foi dito por todos, o cadastro é fundamental. Terminou a sua intervenção falando também da situação abordada pelo Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), com a qual disse concordar plenamente, em que existe uma grande focalização com os incêndios florestais no interior, que é de facto o que preocupa mais, mas como também foi demonstrado, o litoral é um problema complicado, tanto a zona do Ludo, em que ardeu a maior parte, como a zona de Vilamoura, Vila Sol, são zonas que se devem levar em consideração.-----

Também foi dada a palavra à Senhora Deputada Helena Baião (BE), dizendo que iria dar continuidade ao que tinha dito anteriormente, nomeadamente sobre o sentimento do Bloco de Esquerda relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, e que tentamos evitar a todo o custo, entrar na questão que mobilizou todas as pessoas em 2017, e que deixou uma mágoa tão grande no nosso coração, por isso das preocupações do BE, com carácter urgente, é de facto a elaboração do cadastro, com georreferenciação do Concelho de Loulé, e os esclarecimentos e educação das populações, considerando as comunidades estrangeiras e a diáspora. Outra preocupação é de facto saber-se concretamente a periodicidade das reuniões, dos simulacros, proceder-se à limpeza dos cursos de água e zonas de drenagem, e saber-se que temos uma cadeia de comando operacional, com uma liderança forte e com autoridade, deixando igualmente as seguintes questões ao Executivo, o BE quer saber se a CML possui uma Carta de Risco de Incêndios, se possui uma Carta de Perigosidade, e se estas estão no site da Câmara Municipal de Loulé, tal como estão no site da Câmara Municipal de Tavira, disponíveis para todos os munícipes que as queiram ler e estudar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

O BE também pretende saber se para além do número de telefone nacional que foi divulgado, que começa por 800....., em que não foi clarificado o horário de funcionamento desta linha, se é uma linha de 24 horas, de 7 dias por semana, 365 dias por ano, ou se não é, pois há muitas linhas destas que não são, e se existe alguma linha regional, proporcionada pela CML, nomeadamente, porque os incêndios não têm horário das 9 horas às 17 horas, e acontecem frequentemente ao fim de semana, e nesse sentido quem é que informa a população? E sobre este aspeto de quem informa a população, disse de que de tudo o que leu, tudo o que foi exposto nesta Sessão, ainda não ouviu falar de nenhuma forma tão abrangente, de informar a população de uma calamidade, como a antiga forma tradicional portuguesa, que se conhece de todas as aldeias e cidades, e que já vem dos tempos medievais, que é o soar do sino das igrejas, que sempre tocou em sinal de calamidade, pois este é o sinal mais perceptível para toda a população, e que seja tão eficaz e rápido para reunir as pessoas, e como tal, este assunto deveria merecer também alguma reflexão.-----

Concretamente sobre este Plano, questionou o Executivo de como é que vai substituir os proprietários faltosos, na limpeza dos terrenos, porque esta situação está prevista na Lei e na realidade no sítio www.municipiosefreguesias.pt, diz concretamente "...verificando-se o incumprimento, pode a Câmara Municipal proceder à realização dos trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada, e podendo mediante protocolo, delegar esta competência na Junta de Freguesia.", e portanto, este é um ponto que o Bloco de Esquerda já tinha colocado na Reunião Preparatória da Comissão Permanente, e nunca foi dada uma resposta clara, e que no seu entender, demonstra que não há interesse da CML de que isto seja do conhecimento das pessoas, mas o Bloco de Esquerda não pode esconder aquilo que diz a legislação.-----

Formulando uma última questão ao Executivo, disse que na apresentação feita pelo Senhor Comandante do Corpo dos Bombeiros Municipais, Irlandino Santos, falou-se de como se medem os tempos de resposta, e por norma, perguntou quais são os tipos de resposta dados a uma ocorrência? Sobre esta questão, recordou que há cerca de 2 semanas atrás, houve um incêndio numa garagem, num empreendimento da Marina de Vilamoura, e que a própria viu que apareceram mais do que 3 Corporações de Bombeiros, e houve um Meio de Comunicação que referiu que estavam presentes 8 Corporações de Bombeiros, e não querendo ser exagerada, disse que viu 3 (Loulé, S. Brás de Alportel e Lagoa), perguntando como é que possível um tão grande dispêndio e concentração de meios, para um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

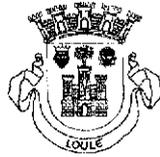
simples incêndio numa garagem.-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que relativamente à apresentação feita pelo Senhor Comandante dos Bombeiros Municipais, referiu que ouviu com agrado, que se trabalha em rede, dizendo que tal é de facto necessário, para que haja maior prevenção por toda a região do Algarve, pelo que considera importante levar este debate também à Assembleia Intermunicipal, e estando na presença do Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal do Algarve, apelou ao mesmo, para que leve este debate também a essa Assembleia, e tem que haver um programa de prevenção regional disponível e articulado, por todas as Câmaras Municipais da nossa região, e que esse assunto deve ir a discussão e tem que ser público.-----

--Considerou também de grande importância, a questão da formação e sensibilização dos jovens para estas temáticas, de forma a alterar o paradigma que tem vindo a acontecer ano após ano no nosso País, congratulando todas as Entidades que fazem este trabalho.-----

Foi dada a palavra à senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que também se congratulou por ter visto no filme apresentado, crianças do pré-escolar e 1.º ciclo até aos jovens, em várias ações de formação, considerando uma iniciativa muito importante, porque é através dos jovens que há muita divulgação de informação, nas casas, nas famílias. Por outro lado, e falando da rede, disse que após verificar o Plano, percebeu que há muitas Entidades envolvidas e que na atuação da Proteção Civil há muitas e muita informação que convidam em simultâneo várias Entidades, mas em relação ao mar, sobre este caso em concreto, tem muitas interrogações, porque é notório o avanço do mar, e pode haver problemas de inundações, de haver um tsunami, e estas questões relacionadas com o mar e com a invasão do mar, e com a prevenção, e alarmes, para além de saber que a Marinha Portuguesa está envolvida, mas não sabe até que ponto as soluções serão ou não eficazes, e neste caso do mar, invasões, cheias, tsunamis, etc., é algo de muito preocupante, não sabendo se este assunto estará a ser pensado pela Proteção Civil.-----

Também foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que de facto estava muito surpreendido com a questão do cadastro predial de Loulé, porque não há quase nenhum louletano que não tenha terras e que não tivesse sido chamado a colocar os marcos na sua terra e para colocar as suas iniciais com as setas, a que esse procedimento obrigava, como tal questiona, será que a Direção Geral do Território (DGT), não deu seguimento a este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

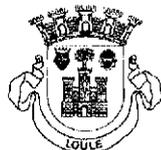
processo de registo? Porque na altura em que foi solicitado a todos os louletanos para o fazerem, viu todos preocupados e que todos estavam a tomar medidas para cumprir esta solicitação da DGT.-----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, informou que no ano passado, de 2017, esta Assembleia solicitou um esclarecimento sobre esta situação, e que foi transmitido que a equipa que estava a elaborar o cadastro predial, uma Empresa contratada pela DGT, e que era financiada por fundos comunitários, elaborou trabalho e entrou numa fase receção e atendimento de reclamações, daquilo que era uma proposta de cadastro, e que não terá havido financiamento para a conclusão desse trabalho, o que significa, que nessa fase o trabalho ficou parado e não ficou concluído o cadastro.-----

Solicitou a palavra o senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que relativamente a esta questão do cadastro predial, quis relatar uma situação, dizendo que as pessoas quando percebem e entendem uma determinada Lei, cumprem-na com muito mais facilidade e bom agrado, do que se não a entenderem e acharem que se trata de uma Lei absurda, e neste caso, o absurdo é no cadastro, e viu-se recentemente confrontado com este problema, é onde é que se obtém o cadastro? Nas Finanças, supostamente, e quando se dirigiu às Finanças, para pedir um cadastro e quando perguntou de quem eram as parcelas que confinavam com o seu terreno, a resposta que obteve foi de que essa informação era confidencial, e de que não a poderiam facultar.-----

Para esclarecimento de algumas questões suscitadas pelos Senhores Deputados, foi concedida a palavra à senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que sobre esta questão do cadastro predial de Loulé, confirmou o que tinha sido dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que os trabalhos haviam sido abandonados pela DGT, que é a Entidade responsável pela validação e implementação do cadastro, mas que a Câmara Municipal, desde que este Executivo assumiu funções, tem estado em contacto com a DGT para retomar esses trabalhos, assumindo a Câmara Municipal, parte do financiamento que é necessário, entregando apoio logístico e operacional, para concluir estes trabalhos, que se espera estejam concluídos até ao final de 2018, assim a Câmara Municipal e este Executivo, estão a fazer tudo para colmatar uma responsabilidade que não é nossa, mas que entende ser de vital importância para o Concelho de Loulé.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Vereador Abílio Sousa**, começando por enaltecer a apresentação feita, porque ficou demonstrado, o que em muitas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

das vezes, a população em geral e os Senhores Deputados, desconhecem, ou seja, um trabalho que não é visível, mas que é planeado, e que muitas vezes é criticado. Referindo-se à solicitação feita pelo senhor Deputado Carlos Costa (PS), de existir apenas um Plano, um documento único, que facilitasse de alguma forma os esclarecimentos à população, disse que o Executivo concorda com esta sugestão e que irá tentar melhorar esta situação.-----

Respondendo à senhora Deputada Helena Baião (BE), disse que em relação às limpezas dos terrenos, se os proprietários não o fizerem, como é que seria? Disse que o Município já teve a preocupação de elaborar uma parceria com a Associação de Produtores Florestais do Barranco Velho, para salvaguardar, em última instância, a proteção das pessoas e dos seus bens, nomeadamente as habitações, e que já no dia seguinte a esta Sessão, se vai entrar numa Ação em que a Câmara Municipal se vai substituir a alguns dos privados, para que não se corram riscos, porque se aguardarmos até ao dia 30 de Junho, possivelmente no dia 1 de Julho, corre-se o risco de se originarem incêndios.-----

Relativamente à questão da Rede Viária, de cerca de 350 quilómetros, que é da responsabilidade da Câmara Municipal, disse que conforme foi dito na apresentação, foi feito um Concurso Público, em que neste momento já existe um vencedor, agora será elaborado o relatório, e que até ao final deste mês possam existir condições para se iniciar o procedimento da limpeza das faixas, que está explanada no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.-----

Em relação à questão da Carta de Risco de Incêndios, referiu que esta existe e está no próprio Plano, que foi disponibilizado a todos os Senhores Deputados, tal como a Carta de Perigosidade, é uma questão de fazer uma pesquisa com mais rigor, porque elas estão no Plano.-----

Quanto ao assunto dos contactos, disse que sempre que há uma emergência, o contacto é dirigido ao 112, e em caso de esclarecimento, a Proteção Civil, nas suas instalações ou por meio telefónico, estão em condições de poderem dar os esclarecimentos necessários, a qualquer munícipe que peça essa intervenção.-----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado António Farrajota (CDS), disse que esse incêndio que deflagrou no nosso Município, em 2004, foi talvez dos piores incêndios que tivemos memória, no nosso Concelho, e foi um acordar, e a partir daí, no seu entender, as Câmaras Municipais acordaram para essa situação, e começaram a melhorar na prevenção, e na intervenção dos serviços de maquinaria, e de limpeza das próprias matas e zonas de intervenção florestal, e este Executivo também tem aumentado a sua eficiência e eficácia, através de protocolos e de colaboração com a Proteção Civil Regional, representada nesta Sessão pelo Senhor Comandante Vaz Pinto, com a colocação de uma equipa de 1.ª



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

intervenção no Barranco Velho, que nunca tinha sido feito, e na zona de Benafim, em 2017, e tem-se vindo sempre a melhorar e a reforçar estas ações, com o intuito de salvaguardar sempre as pessoas e o seu património.-----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Fernando Santos (PS), sobre os pontos de água, disse que foram apresentadas candidaturas, não querendo dizer que a CML com autonomia financeira, não possa avançar com a criação das respetivas barragens, antecipadamente, para o ano de 2019.-----

Também foi concedida a palavra ao senhor **Vereador Carlos Carmo**, que começou pela intervenção da Senhora Deputada Helena Baião (BE), dizendo que quanto à proposta que fez, da inclusão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como membro na Comissão Municipal da Proteção Civil, a mesma iria ser aferida no seio do Executivo Municipal, cujos membros desta Comissão, advém da lei, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal assim entender, não haverá nenhum inconveniente em incluir também nesta Comissão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de qualquer forma, poderá sempre participar enquanto observador.-----

Sobre a questão da vigência do Plano, referiu que se esteve com atenção à apresentação do mesmo, o Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, mencionou os paços temporais que esse Plano teve nos últimos anos, ou seja, em 2015, saiu uma Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil, que era uma nova diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e a operacionalização dos Planos de Emergência de Proteção Civil, no sentido da simplificação da estrutura dos próprios Planos, e do alargamento do prazo máximo para a revisão dos mesmos. Daí para a frente, saiu uma série de tramitações, desde reuniões de grupos de trabalho, no âmbito do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS), no sentido de uniformizar as áreas de intervenção dos Planos Municipais. Já houve também trabalhos nesse sentido, e no âmbito das várias reuniões, para consideração e análise, por parte do CDOS, em 2017, já foram enviados para a Autoridade Nacional de Proteção Civil, os resultados desses trabalhos, para a elaboração dos modelos de uniformização das áreas de intervenção dos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, e aguarda-se neste primeiro trimestre de 2018, um novo pacote legislativo, para se fazer uma nova revisão desse Plano. As discrepâncias referidas pela Senhora Deputada, quanto aos cargos, se houve uma mudança de Executivo, é normal que tenha havido uma mudança de competências, e que deverão ser corrigidos no Plano, e que no seu entender, neste momento, é o que menos importará nessa revisão, e que esta será feita no âmbito destes trabalhos que estão a ser feitos em parceria com o CDOS.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Quanto ao que foi referido sobre as áreas do litoral, um primeiro passo foi dado no âmbito da reunião do grupo de trabalho que emanou da Comissão Municipal da Defesa das Florestas contra Incêndios, em que houve uma pequena Comitativa que foi composta pelos Bombeiros Municipais, pela GNR, pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, pelo Presidente da Junta de Freguesia e pelo representante da Empresa Municipal Infraquinta, que visitou a área do espaço florestal do Ludo, onde recentemente, em Janeiro, houve também aí um incêndio com alguma dimensão, cerca de 20 e poucos hectares, em espaços confinantes com o espaço do grande incêndio do ano passado, daí se ter feito uma visita a esse local para se perceber o que é que se poderia melhorar nos acessos, que são muito complicados, no tipo de vegetação que lá existe, e que daí resultaram alguns trabalhos que vão ser feitos em parceria com a Junta de Freguesia e a Empresa Municipal Infraquinta, e como tal, estão ainda preparadas visitas ao espaço do Trafal, porque é uma área florestal que também merece uma atenção por parte destas Entidades de Proteção Civil, e também haverão algumas visitas em espaços florestais, em Vilamoura, pelo que, existe trabalho e atenção não só no interior, mas também nestas zonas do litoral do Concelho.-----

Sobre o incêndio recente que ocorreu na Marina de Vilamoura, disse que foram chamadas 8 corporações de bombeiros, porque se tratava de uma zona onde existiam garagens, perto de restaurantes, numa zona habitacional, o que requer um certo tipo de cuidados, mas efetivamente 3 dessas corporações não chegaram ao local, porque o ataque inicial a esse incêndio foi muito assertivo e eficaz, e que num curto espaço de tempo, o problema que poderia ter sido muito complicado, foi resolvido, demonstrando que o planeamento e ação rápida, podem minimizar situações que podiam ser muito complicadas.-----

Por fim e relativamente aos perigos da subida do nível médio do mar, disse que a Câmara Municipal já possui uma carta de riscos, não vinculativa, mas que advém do trabalho dos últimos anos, de uma forte aposta nesta nova temática, que são as alterações climáticas, e que agora até a Estrutura dos Serviços Municipais, tem uma Unidade específica, que trabalha somente nesta questão, da adaptação às alterações climáticas, está a trabalhar neste momento, num estudo, juntamente com a Universidade de Lisboa, de atualização de cartografia de riscos naturais, e um estudo relativo à subida do nível médio do mar, porque esta também é uma preocupação deste Executivo, porque nos últimos tempos, temos assistido a grandes fenómenos extremos, que são motivadores destas alterações climáticas, que não se refletem só nos incêndios florestais, mas também noutros fenómenos que temos vindo a assistir.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

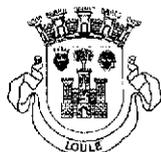
Código Postal 8104-001

Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao período de Intervenção do Público.-----

Foi concedida a palavra ao representante da **Associação Almargem**, dizendo que a preocupação desta Associação, quando foi anunciada a limpeza dos terrenos, prendeu-se essencialmente com a informação dada, que era muito sucinta e vaga, que levou a muita confusão, mas que entretanto, já se verificou que essa informação já foi trabalhada, e a que está agora disponível já é mais completa, e será melhor entendida pelas pessoas, que chegaram a ter muitas dúvidas, e em certos casos, infelizmente acabaram por limpar "tudo" o que tinham.-----

Foi igualmente dada a palavra ao representante da **Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão**, dizendo que esta Associação está sediada no Barranco Velho, que a data da sua constituição remonta a 1999, neste momento possuem 3 Engenheiros Florestais, uma equipa de Sapadores, têm 3 máquinas de arrasto e mais algumas coisas viradas para a floresta. Congratulou-se pela realização desta Sessão Extraordinária, e disse que há incêndios porque há material combustível para arder, e todos temos que pensar na raiz do problema, e o despovoamento do interior é uma realidade, existe uma estrutura fundiária, complexa, uma dimensão média de propriedade acima de 1 hectare, não sendo difícil de encontrar proprietários que tenham 20, 30, 40 e até 100 prédios rústicos de pequena dimensão, e desta conjuntura, é muito difícil, terem sempre os terrenos limpos, e por outro lado há ainda outra questão, os fogos florestais, contribuíram em grande parte, para a redução do rendimento dos proprietários, porque ardeu a cortiça que era a principal fonte de rendimento, também a doença do sobreiro, é outra realidade que os afeta, como tal, temos esteva, rosmano, etc., o que neste contexto, proporciona condições para se deflagrarem incêndios. Num futuro próximo, terá que ser equacionada a forma de alterar esta situação, porque não alterando esta situação, vai haver sempre de 3 em 3, ou de 4 em 4 anos, vegetação para arder, e os dispositivos que hoje temos, serão cada vez mais dispendiosos. Referiu também que, o emparcelamento fundiário, tem que ser uma realidade, porque não é possível ter terrenos limpos, sem produção e sem população.-----

De seguida foi concedida a palavra ao **munícipe Rogério Rochinha**, que se congratulou com a realização desta Sessão, sugerindo que se fizesse o mesmo, em todas as Freguesias do Concelho, com as mesmas Entidades, reuniões de debate com as populações, que seria um complemento ideal, referindo que o Estado Português, falhou, mas falha há décadas, porque o Estado não combate o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

principal fogo que assola Portugal, que é o negócio dos incêndios, e é isso que o poder político tem que combater, e há anos que não faz nada nesse sentido, e esse é o principal combate que tem que ser feito, e que é bom que se trabalhe em rede, e que não se deixe os Bombeiros sem rede. E sobre este assunto dos Bombeiros, disse que a Quarteira deixou de ter uma Corporação de Bombeiros, e o litoral precisa de ter respostas rápidas, como precisou Vilamoura, no incêndio mencionado nesta Sessão, porque Quarteira também é uma zona habitacional muito densa. Referindo-se à Proteção Civil, disse que esta não vive só para os incêndios florestais, e sobre o célebre incêndio que ocorreu no Aterro Sanitário da ALGAR, questionou se havia, ou não, fiscalização do Plano de Segurança da ALGAR, no Aterro Sanitário? Porque no dia do incêndio, os Bombeiros, foram, ou não, impedidos de num primeiro momento, terem acesso ao Aterro Sanitário? No seu entender, era bom que as Entidades pudessem respeitar a lei, mas infelizmente há Entidades, como a ALGAR, que se acham acima da lei.-----

De seguida foi dada a palavra ao cidadão **Manuel Costa**, dizendo que teve acesso ao relatório da Comissão Independente dos Incêndios, e que tinha ficado surpreendido, porque o relatório tinha centenas de páginas sobre os incêndios florestais, e apenas 6 páginas que caracterizavam a floresta, e comparando este assunto com a delinquência, disse que era o mesmo que falar da delinquência e estar a pensar na polícia, nas cadeias, e no fundo, as reais causas da situação, são escamoteadas. Sobre a questão do PDM, disse que é muito importante para o combate aos incêndios, porque na Serra há um tipo de vegetação, e 5 habitante por quilómetro quadrado, e temos barragens, e no Barrocal já é muito diferente, pelo que, o PDM e a Revisão do PDM, teria resolvido a questão da cartografia e dos incêndios, e sobre o Cadastro de Loulé, disse que este existe e que o utilizou há 30 anos quando fez o PDM, PDM esse que levou 6 meses a ser concebido, e falando também sobre o assunto da estrutura fundiária, disse que o território do Concelho estava morto, abandonado, porque só se pensa no turismo e nos 14 quilómetros de praias, que estão lotadas na época do Verão, dizendo que no entanto, há Países que procuram desenvolver o interior, e que teve a oportunidade de trabalhar nesses Países, dando o exemplo da Noruega e da Espanha. -----

Também foi dada a palavra à cidadã **Catherine**, que falou em representação das pessoas que não têm nome de rua, que em caso de incêndio, como é que estas pessoas podem explicar rapidamente onde moram, para terem uma intervenção rápida? Disse que, há muitos estrangeiros, que não conhecem certos pontos de referência, como os habitantes do Concelho, e que se torna muito complicado, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

situações de urgência, darem a sua localização, e deveria ser dado nome às ruas que não têm nome.-----

Não havendo mais intervenções da parte do Público, o senhor **Presidente da Assembleia**, deu por concluído este ponto.-----

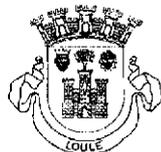
Dando continuidade à Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Vereador Abilio Sousa**, que sobre a questão da discrepância dos Mapas, disse que tal é da responsabilidade do Governo e não da Câmara Municipal de Loulé.-----

Seguidamente foi concedida a palavra ao senhor **Vereador Carlos Carmo**, que sobre o assunto da Corporação de Bombeiros em Quarteira, disse que assim que a estrutura, que está a ser construída em Quarteira, estiver concluída, ela terá inúmeras valências, entre elas, um reforço do GIPS no Concelho de Loulé, em que eles têm uma função inicial, de ataque de primeira intervenção, nos fogos florestais, além de outras valências, porque aquele espaço vai ter uma capacidade para 120 operacionais, das mais diversas áreas.-----

Sobre a questão do incêndio no Aterro Sanitário da ALGAR, foi debatida no âmbito da Comissão de Acompanhamento do mesmo, e na próxima reunião, que será em Abril, será entregue por parte da Administração da ALGAR, um relatório, que será entregue nesta Assembleia Municipal.-----

Relativamente à questão das ruas sem nome, que de facto é um problema quando há necessidade de socorro, disse que este problema está a ser superado neste momento, nas zonas mais a norte do Concelho, e que se denomina como geo-emergência, também pode ter essa valência de geo-referenciar e ajudar essas pessoas que vivem em sítios mais isolados e que não têm um ponto de referência, e que a GNR também pode atribuir números de referência nesse âmbito.-----

Concluída a discussão sobre estes 2 Planos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, salientou alguns pontos debatidos, nomeadamente, a necessidade de uma coordenação efetiva a nível municipal, entre os vários intervenientes, na questão da prevenção e da intervenção, uma articulação entre o Serviço Municipal de Proteção Civil e o Corpo de Bombeiros Municipais. Salientou que é fundamental a avaliação do local do funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil. De acordo com o que está no Plano, é em primeiro lugar, na Sala da Assembleia Municipal, a seguir no Salão Nobre da Câmara Municipal de Loulé, e em terceiro lugar no Edifício dos Bombeiros Municipais, chamando a atenção que, tanto a Sala da Assembleia Municipal, como o Salão Nobre, não reúnem as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

condições de segurança, para que numa situação de emergência, possam ser o local apropriado, fazendo mais uma vez um apelo, para que se resolvam os problemas de segurança dos edifícios municipais. Também a questão das comunicações, que foi referida, entre as várias forças intervenientes, e que é uma matéria que mesmo a nível nacional, tem levantado algumas dúvidas, levantou uma questão, se havendo repetidores e se os repetidores forem abaixo, ou forem destruídos por qualquer razão, se existe outro sistema de comunicações alternativo, por exemplo, via satélite? Porque olhando para o Mapa, ficou com essa dúvida. Outra questão referida, a da sinalética, salientou a experiência interessante da geo-emergência, e de uma que existe no nosso território e que devia ser aproveitada, a que foi desenvolvida pela GNR, que é o programa "Residência Segura", que em alguns sítios é a única possibilidade que há de ter número de porta. Finalmente, quis referir mais dois pontos, um que diz respeito à utilização de material, que é designado por kit de emergência, e que é distribuído às Associações de Caçadores. Independentemente da oportunidade dessa distribuição, no seu entender, deveria pensar-se na possibilidade das Juntas de Freguesia, poderem ter acesso a esse tipo de equipamento e serem até as Juntas de Freguesia a poder coordenar essa intervenção, dando maior relevância à organização da Protecção Civil ao nível destas autarquias. Finalmente, disse que a relação que aqui foi feita, entre a preservação do território, em termos de catástrofes e de incêndios florestais e uma política efetiva de povoamento do território, porque uma das principais causas, é não haver pessoas e atividade, como existia no passado, haja a nível do PDM, que vai ser revisto, uma atenção especial sobre esta relação. -----

Terminou a sua intervenção agradecendo a presença do Executivo Camarário, dos Deputados Municipais, das Entidades e do público, pela colaboração e informação prestadas, no sentido de se ficar a perceber melhor, os meios que temos, e nos dar maior tranquilidade a todos ao longo do território do município.-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1º SECRETÁRIA

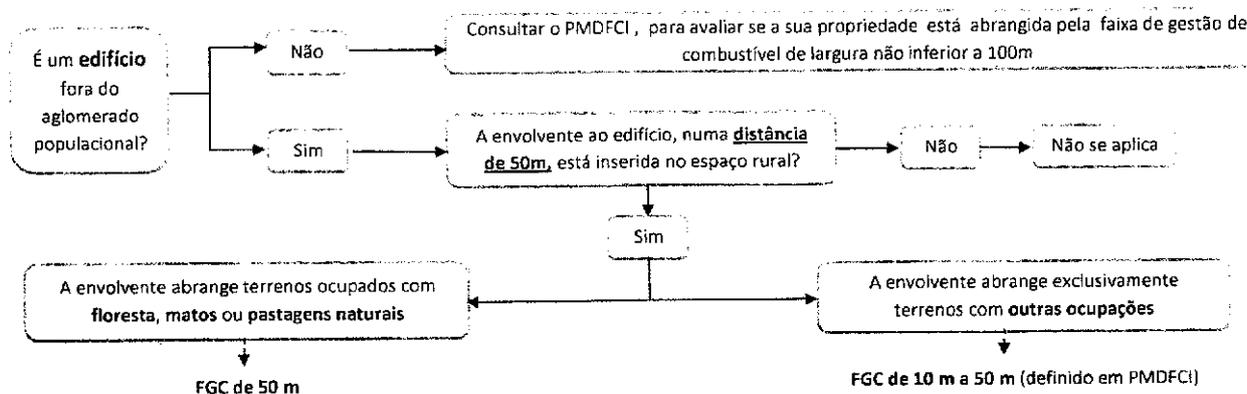
A 2º SECRETÁRIA

Adriano Pereira

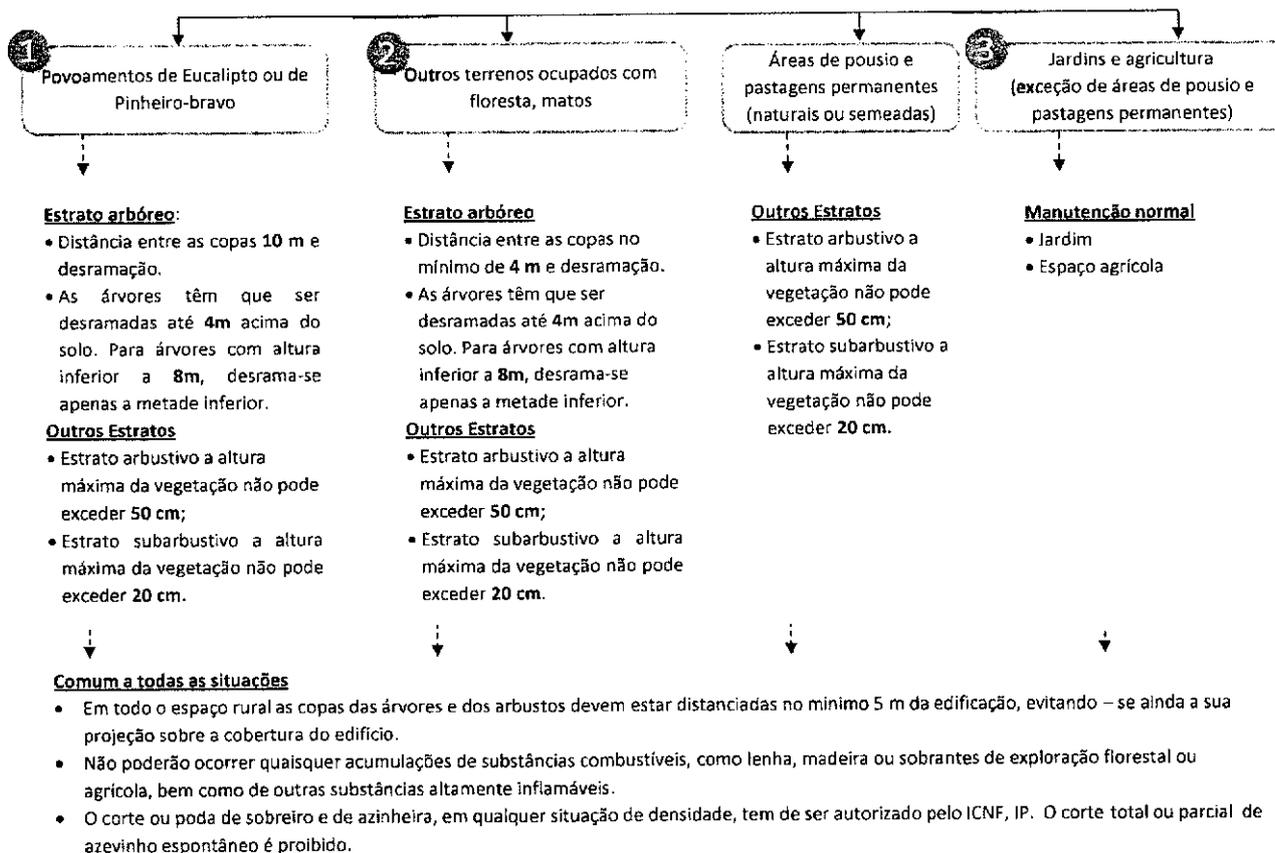
[Handwritten signature]

Faixas de Gestão de Combustíveis | edifícios isolados e aglomerados populacionais

DEFINIÇÃO DA DISTÂNCIA DA FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC)



INTERVENÇÃO NOS TERRENOS DENTRO DA FGC

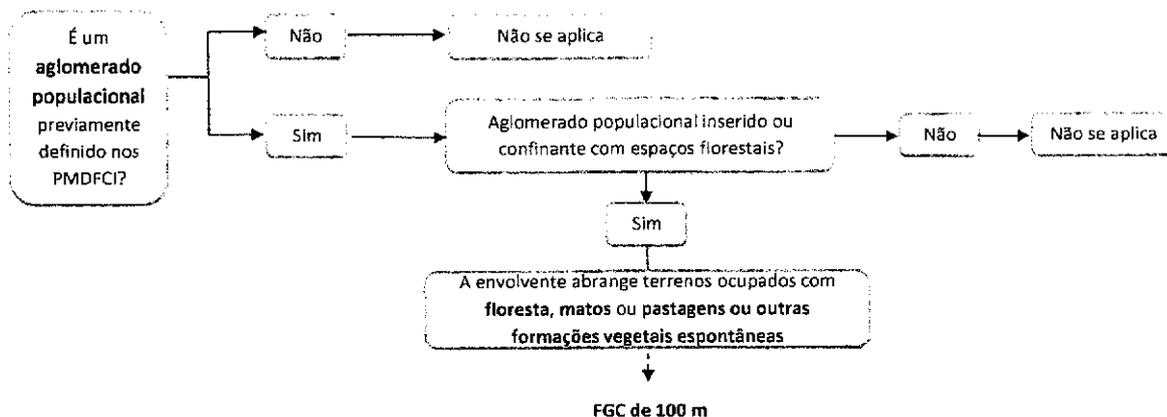


Nota: Consulte o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) junto da sua câmara municipal ou através do link <http://fogos.icnf.pt/pmdfci/>

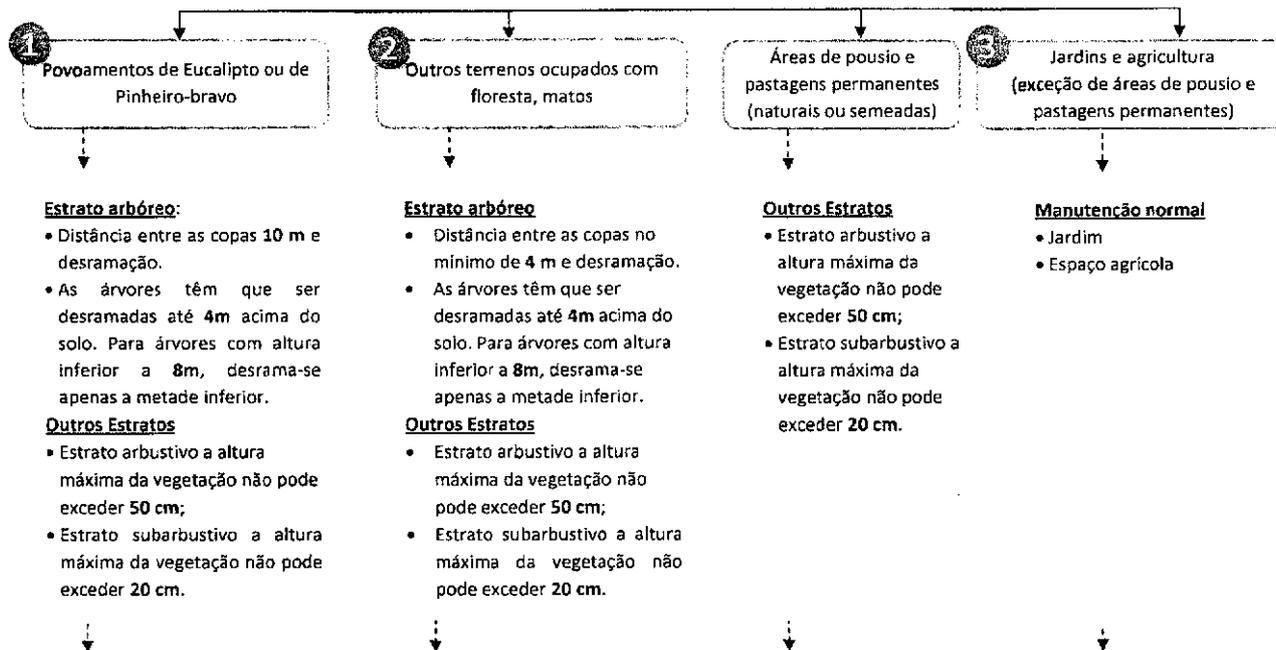
Enquadramento legal: Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto; Decreto-lei nº 10/2018, de 14 de fevereiro



DEFINIÇÃO DA DISTÂNCIA DA FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC)



INTERVENÇÃO NOS TERRENOS DENTRO DA FGC



Comum a todas as situações

- as copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando – se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício – aplicável apenas aos edifícios limítrofes do aglomerado populacional
- Junto da edificação não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.
- O corte ou poda de sobreiro e de azinheira, em qualquer situação de densidade, tem de ser autorizado pelo ICNF, IP. O corte total ou parcial de azevinho espontâneo é proibido.

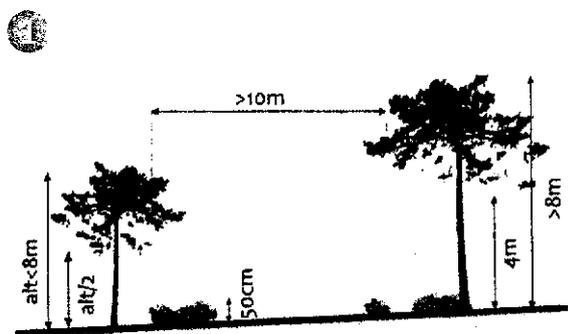
Nota: Consulte o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) junto da sua câmara municipal ou através do link <http://www.icnf.pt/pmdfci/>

Enquadramento legal: Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto; Decreto-lei nº 10/2018, de 14 de fevereiro

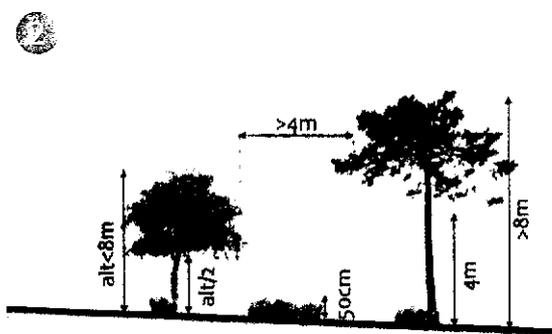




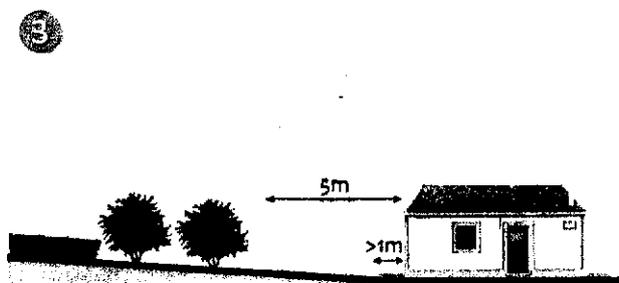
Faixas de Gestão de Combustíveis | edifícios isolados e aglomerados populacionais



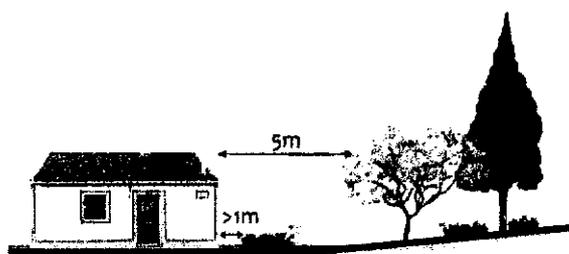
Povoamento de Pinheiro-bravo ou de Eucalipto



Outros terrenos ocupados com floresta e mato



Áreas agrícolas junto ao edifício



Jardins junto ao edifício

Legenda:



Árvores a cortar



Ramos a cortar

